

A Casa do Trabalhador do Amazonas: associativismo, classe trabalhadora e disputas políticas no estado do Amazonas (1944-1964)

A Casa do Trabalhador do Amazonas: associativism, working class and political disputes in Amazonas (1944-1964)

CÉSAR AUGUSTO BUBOLZ QUEIRÓS¹

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

cesardequeiros@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5752-6148>

Texto recebido em / Text submitted on: 22/04/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 06/10/2022



Resumo. A Casa do Trabalhador do Amazonas é um importante espaço que até hoje reúne diferentes categorias sindicais, servindo ao mesmo tempo de sede, auditórios para reuniões e atividades de formação política e espaço de sociabilidade. A sua criação teve início no ano de 1944, durante o governo de Álvaro Maia e, até hoje, permanece como espaço múltiplo e plural da classe trabalhadora amazonense. Neste artigo, pretendo analisar o processo de fundação e de consolidação da Casa do Trabalhador do Amazonas entre os anos de 1944 e 1964, quando o golpe civil-militar ocorrido no país impactou severamente os sindicatos e as associações operárias. A partir da análise da imprensa diária, das memórias de uma das importantes lideranças sindicais daquele momento e de outros documentos, como a documentação do Serviço Nacional de Informações, pretendo analisar as disputas políticas e sindicais ocorridas ao longo do período mencionando.

Palavras-chave. Trabalhadores, Amazonas, Sindicatos.

Abstract. The Casa do Trabalhador do Amazonas is an important space that until today brings together different union categories, serving at the same time as headquarters, auditoriums for meetings and activities of political formation and sociability space. Having been initiated in 1944, during the government of Álvaro Maia it remains today a multiple and plural space of the Amazonian working class. In this article, I intend to analyze the process of founding and consolidating the Casa do Trabalhador do Amazonas between 1944 and 1964, when the civil-military coup in the country severely impacted the labor unions and associations. Based on the analysis of documents such as the daily press and the memories of one of the important union leaders of that moment, I intend to analyze the political and union disputes that occurred during the mentioned period.

Keywords. Workers, Amazonas, Unions.

¹ Coordenador do Laboratório de Estudos sobre História Política e do Trabalho na Amazônia. Programa de Pós-Graduação em História – PROPESP, Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

O golpe civil-militar ocorrido no Brasil em março de 1964 deu início a uma ditadura militar que durou 21 anos e desencadeou intensa perseguição política no país, com severas consequências para os trabalhadores e seus sindicatos. Lideranças sindicais foram presas, sindicatos foram fechados ou sofreram intervenção. Tal ação acabou por desarticular uma intensa mobilização que há décadas vinha sendo articulada pelos trabalhadores que, passo a passo, conquistavam o seu espaço no cenário político e atuavam como agentes da vida pública, interferindo de maneira efetiva nos rumos da política brasileira. Nesse sentido, pretendo neste artigo compreender de que modo ocorreu o processo de organização dos trabalhadores e das suas associações no Estado do Amazonas, a partir do processo de formação e consolidação da Casa do Trabalhador do Amazonas (doravante CTA), importante espaço que abrigava parte significativa dos sindicatos do Amazonas e que foi palco decisivo de importantes lutas operárias, aglutinando importantes sindicais e diferentes categorias profissionais.

A Casa do Trabalhador do Amazonas foi criada com a finalidade “servir de sede às entidades sindicais existentes ou que vierem a ser organizadas” tendo em vista que, até meados da década de 1940, a maioria das entidades sindicais amazonenses não possuía sede própria². Além de abrigar as sedes dos sindicatos, a Casa do Trabalhador oferecia ainda assistência médica e gabinete dentário aos seus associados. Os seus salões, além de servirem de espaço para as diversas assembleias dos trabalhadores, abrigavam ainda bailes de Carnaval e outras festividades, competições desportivas e atividades de formações políticas, caracterizando-se como um importante local de sociabilidade e vivência associativa. Darei ênfase às disputas sindicais ocorridas na CTA, destacando ainda os momentos que antecederam o golpe civil-militar de 1964 a partir da perspectiva das classes trabalhadoras e das suas associações. Para tanto, a pes-

² Entre os sindicatos e federações que ocuparam os espaços da Casa do Trabalhador do Amazonas, podemos destacar os seguintes: Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado do Amazonas, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Artefatos de Borracha, Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Curtumes de Manaus, Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Curtumes de Manaus, Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Gráficas de Manaus, Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Olarias de Manaus, Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica, Meta-Mecânica e de Materiais Elétricos do Amazonas, Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem, Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Serrarias e Móveis em Manaus, Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Transportes Fluviais do Estado do Amazonas, Sindicatos dos Marinheiros e Moços de Transportes Fluviais do Amazonas, Sindicatos dos Trabalhadores Taifeiros e Culinários de Transportes Fluviais do Amazonas, Sindicato dos Foguistas e Carvoeiros, Sindicato dos Oficiais de Náutica de Transportes Fluviais do Amazonas, Sindicato dos Oficiais de Máquinas de Transportes Fluviais do Amazonas, Sindicato dos Portuários, Sindicatos das Indústrias de Calçados, Sindicatos das Indústrias de Construção Civil, Sindicato dos Estivadores, Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação, Sindicato de Condutores de Veículos Rodoviários de Manaus, Sindicato dos Bancários e Sindicato dos Sapateiros.

quisa que realizei utiliza como fontes principais a imprensa que circulava no Estado do Amazonas, bem como as memórias de uma das mais importantes lideranças sindicais do período, o gráfico Aviz Valente, além de outros documentos, como os que integram o fundo do Serviço Nacional de Informações (SNI), disponível no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

1. A Casa do Trabalhador e a Organização Sindical no Amazonas

Em meados dos anos quarenta, a relativa perda de espaço político do Partido Comunista Brasileiro (doravante PCB) em virtude do crescimento do Partido Trabalhista Brasileiro (doravante PTB) levou-o a aproximar-se profundamente das associações sindicais e ao apoio às greves que deflagravam pelo país. Como boa parte dessas greves foi liderada pelas comissões de fábrica – e não pelos sindicatos –, evidenciando a opção pela ação direta e da negociação com o patronato em detrimento da via corporativa e da negociação via Justiça do Trabalho, tal situação acabou por acarretar um conjunto de disputas entre comunistas e trabalhistas no âmbito dos sindicatos e associações operárias (NEGRO e SILVA 2003: 57).

A aproximação do partido aos sindicatos e a decisiva atuação em diversas categorias profissionais, fez com que o PCB fortalecesse o seu estatuto de “partido da classe operária”, tendo obtido expressivas votações nas eleições de 1945 e 1947. Nas eleições presidenciais de 1945, o candidato do PCB à Presidência, Yedo Fiúza, atingiu 10% dos votos e o partido elegeu uma significativa bancada no Congresso Nacional. Tamanho êxito repetiu-se nas eleições de 1947, quando o PCB conseguiu eleger diversos deputados nas assembleias legislativas estaduais, elegendo a terceira maior bancada no parlamento paulista (REIS 2002: 72). No entanto, naquele mesmo ano, o partido foi colocado na ilegalidade (OLIVEIRA 2017: 87) e a Confederação dos Trabalhadores do Brasil teve as suas atividades suspensas por funcionar sem o registro do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, desenvolver “intensa ação política” e opor-se à “harmonia e paz sociais”. Cerca de quatrocentos sindicatos que haviam apoiado a CTB sofreram intervenção (NETTO 1986).

A impossibilidade de seguir a linha político-partidária, a cassação de todos os parlamentares comunistas eleitos e o fechamento da via sindical aprofundaram a opção por uma aproximação direta com as bases. Evitando o envolvimento com os sindicatos “ministerialistas”, o partido passou a atuar junto às comissões de fábrica, repudiando o corporativismo. Tal prática política acentuou-se a partir de 1952, quando o Comitê Central do partido aprovou uma proposta de

retorno à militância nos sindicatos oficiais e aproximação com os trabalhistas, especialmente com o PTB, provocando um gradual afastamento das posições mais radicais do Manifesto de Agosto de 1950 (DELGADO 1989: 176), que foi a expressão do compromisso do partido com a revolução e da reafirmação do ideal revolucionário diante de um governo considerado “traidor” (CARONE 1982: 176).

No estado do Amazonas, o quadro não foi diferente. Mesmo na clandestinidade, a presença do PCB junto dos sindicatos era evidente. No entanto, se por um lado é possível verificar essa forte presença de lideranças vinculadas ao PCB na base sindical, por outro lado, o crescimento político do PTB no estado e a sua forte ligação com o movimento sindical desencadeou uma série de disputas entre trabalhistas e comunistas pelos postos de direção das principais associações operárias amazonenses. Tais disputas intensificaram-se principalmente a partir de 1954, quando o PTB elegeu Plínio Ramos Coelho, advogado com trajetória de atuação junto dos sindicatos, para o governo do Estado do Amazonas, inaugurando um período de hegemonia política no Amazonas ao vencer três pleitos eleitorais consecutivos (Plínio Ramos Coelho, em 1954, Gilberto Raposo Mestrinho, em 1958, e, novamente, Plínio Ramos Coelho, em 1962) (QUEIRÓS 2016). A presença de lideranças ligadas ao Partido Trabalhista nos postos chave dos principais sindicatos e associações operárias, era visto como uma forma de assegurar o apoio das hostes trabalhistas ao partido e reduzir a possibilidade de deflagração de greves que pudessem questionar e desestabilizar os governos dos trabalhistas.

Neste cenário de disputas políticas no meio sindical, a CTA pode ser considerada um espaço privilegiado para se compreender o significado e a abrangência dessas disputas. Como a maioria das entidades sindicais não possuía sede própria, foi solicitada uma audiência com o então interventor Álvaro Maia³ a fim de solucionar esse problema. Contando com o apoio do radialista e deputado José Claudio de Souza, a ideia ganhou força e um imóvel situado na rua Marcílio Dias, 256⁴, foi cedido para a instalação da CTA, que serviria como sede para diversos sindicatos e associações⁵.

Cedido a título provisório através do decreto Lei nº 1251, de junho de 1944, o imóvel foi entregue definitivamente às entidades sindicais, pela lei

³ Álvaro Maia foi interventor do estado do Amazonas durante o governo de Getúlio Vargas. Com a redemocratização, passa a liderar o PSD e foi eleito governador em 1950 (SANTOS 1997).

⁴ Nesse endereço funcionava a sede da União Esportiva Portuguesa. A retirada da associação para o estabelecimento da CTA gerou forte polêmica uma vez que os dirigentes do clube se recusavam a sair e afirmaram que só sairiam dali a força.

⁵ Foi disponibilizada a quantia de Cr\$202.000,00 para a aquisição do referido imóvel (Jornal do Commercio, 25/06/1944: 7).

nº 406, de 26 de agosto de 1947, pelo então governador Leopoldo Neves. A CTA surgiu como sociedade civil em junho de 1947, tendo como finalidade “servir de sede às entidades sindicais existentes ou que vierem a ser organizadas”, sendo administrada inicialmente por uma junta governativa. Oferecia ainda serviços médicos e dentários aos seus associados e os seus salões eram utilizados para assembleias, bailes de Carnaval e outras festividades, bem como competições desportivas. A CTA recebia auxílio financeiro do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), por meio da Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Em 1948, Edmundo Levy, delegado Regional do Trabalho, obteve um aporte de Cr\$500.000,00 do MTIC para a aplicação em programas sociais da CTA (Jornal do Commercio, 30/10/1948: 1).

O seu lema, “PAZ, TRABALHO, PÃO E LIBERDADE” está até aos dias hoje inscrito nas paredes da Casa do Trabalhador. A sua primeira direção ficara assim composta: Otávio Teixeira Morais da Câmara (presidente)⁶, Serafim Augusto de Andrade (secretário) e Francisco Caetano de Andrade (tesoureiro). Foi eleita pelo colégio eleitoral, formado exclusivamente por dirigentes das entidades sindicais sediadas na CTA, cabendo um voto a cada entidade (Jornal do Commercio, 22/06/1947: 1).

A criação da Casa do Trabalhador do Amazonas ocorreu numa conjuntura marcada de um lado pelo processo de reorganização do Partido Comunista do Brasil no Estado e, de outro lado, pelo fortalecimento e consolidação dos trabalhistas no Amazonas. Assim, em agosto de 1945, após a lei eleitoral de fevereiro daquele ano, o partido começou a reorganizar-se no Estado e o Comitê Executivo do PCB no Amazonas realizou uma assembleia para eleger os seus novos dirigentes. Para a instalação da secção estadual do partido, veio especialmente a Manaus Ivan Ribeiro, filho de Alfredo Augusto Ribeiro Jr⁷ e um dos líderes da tomada da Escola de Aviação Militar no Rio de Janeiro em novembro de 1935 (Jornal do Commercio, 12/9/1945)⁸.

A preocupação com o avanço do comunismo no Amazonas era tamanha que, em 1946, Astolfo Serra, representante do Ministério do Trabalho e Diretor do DNT, foi ao estado com a finalidade de se reunir com os representantes sindicais para ouvir as suas reivindicações e fazer-lhes ver que “dentro da democracia, e não dentro do comunismo, estão os elementos capazes de lhes garantir um clima de respeito a personalidade humana e segurança das liberdades de cada

⁶ Otavio Teixeira Morais da Câmara era gráfico e concorreu a Deputado Estadual pelo PTB em 1950.

⁷ Alfredo Augusto Ribeiro Jr. liderou, em 23 de julho de 1924, uma rebelião no Amazonas que depôs o governador interino Turiano Meira, substituído de César do Rego Monteiro, que se encontrava no exterior. A Rebelião de 1924 aconteceu em apoio à revolta tenentista, em oposição ao governo do presidente Artur Bernardes.

⁸ Ivan Ribeiro foi candidato a deputado constituinte pelo PCB do Amazonas em 1945, tendo ficado como suplente (sobre Ivan Ramos Ribeiro ver SILVEIRA 2013: 291-322).

homem e de cada classe” (Jornal do Commercio, 08/7/1946: 1). Em maio de 1947, quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cancelou o registro do PCB, colocando-o na ilegalidade, alguns sindicatos do Estado sofreram intervenção e tiveram as suas lideranças cassadas. Foi o caso do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgica, Mecânicas e Material Elétrico de Manaus, que passou a ter como interventor Arthur Longbeck (Jornal do Commercio, 29/6/1947: 9)⁹.

Em 1948, Geraldo Campelo, um dos fundadores da Associação Brasileira dos Escritores do Amazonas, teve a sua prisão decretada, juntamente com outros camaradas (Francisco Alves, Aldo Moraes, Arlindo Porto e Alfredo Aguiar), por ser um dos responsáveis pela edição do periódico comunista *A Luta*. Campelo foi preso após ter sido encontrado quando estava escondido no bar São Paulo, na avenida Eduardo Ribeiro. A polícia confiscou uma carta enviada a Campelo por um militante de Belém na qual fica evidente o contacto entre os comunistas de Manaus e de Belém, onde era produzido o periódico *Tribuna do Pará*. Além disso, há uma lista de militantes do Amazonas com os respectivos apelidos: Aldo Moraes (Filhote de Tigre), Francisco Alves (Leão do Circo), Alfredo Aguiar (Buck Jones), António Angarita (Índio Boca Negra), Arlindo dos Santos Porto (Pincel Proletário), Campos Dantas (Cara Feia), Maria Pucu (a Mascote) e Geraldo Campelo (o Noivo Invisível) (Jornal do Commercio, 24/8/1948: 6).

Em virtude da acusação de ser responsável pela circulação do periódico, Geraldo Campelo teve a sua casa vasculhada e, nessa ocasião, foi encontrada pelo Comando da Guarnição Federal do Amazonas uma “profusa e irritante miscelânea de panfletos, jornais e documentos” relativos ao plano de trabalho do partido (na clandestinidade). No plano de trabalho, constavam questões como desmascarar os objetivos dos partidos das classes dominantes, formação de quadros dirigentes, destruir as ilusões conciliatórias e manter vivo o espírito da luta de classes. No tocante à organização sindical, propunha-se levantar nas fábricas e locais de trabalho as reivindicações mais sentidas, desmascarar o trabalhismo de Getúlio Vargas (“demagogia da assistência social”) e alcançar os postos de liderança da Casa do Trabalhador (Jornal do Commercio, 5/12/1950: 5). Devemos observar que a apreensão deste material ocorreu em dezembro de 1950, alguns meses após a divulgação do Manifesto de Agosto de 1950 que, como afirmado anteriormente, reforçava o compromisso do partido com a revolução.

No entanto, a despeito dessa tentativa de organização de uma base parti-

⁹ Arthur Longbeck (ou Langbeck) era representante do Delegado Regional do Ministério do Trabalho e, em 1950, foi candidato a Deputado Estadual pelo PTB.

dária por parte do PCB, nos primeiros anos da CTA, o partido não conseguiu influenciar nos rumos da nova sede. Em 1949, foi eleita a nova diretoria da CTA, formada por Jamacy Senna Bentes de Souza (presidente), Serafim Augusto de Andrade (secretário) e Francisco Caetano de Andrade (tesoureiro). O Conselho Fiscal era composto por Manoel Ferreira da Silva, Francisco Batista de Oliveira e Luiz Ferreira da Silva (Jornal do Commercio, 22/1/1949: 3). Com a eleição do gráfico Jamacy Senna e da nova direção, manteve-se a estreita relação da Casa do Trabalhador – o “quartel general dos trabalhadores da terra cabocla” (Jornal do Commercio, 27/5/1949: 4) – com o Partido Trabalhista Brasileiro. Senna era um entusiasta do trabalhismo, tendo participado da recepção a Getúlio Vargas em Manaus no ano seguinte e tendo encabeçado um abaixo-assinado em favor do então governador Plínio Ramos Coelho em 1958 (Jornal do Commercio, 26/9/1958: 4). Otavio Câmara, primeiro presidente da CTA, também era do PTB, tendo sido um dos oradores no comício queremista de 1945 (Jornal do Commercio, 9/11/1945: 1) e concorrido a Deputado Estadual pelo partido em 1950.

Em fins de 1950, ocorreram novas eleições e, novamente, o grupo trabalhista conquistou os cargos de direção. Nessa ocasião, a diretoria passou a ser formada por Sansão da Costa Novo¹⁰ (presidente), Jamacy Senna de Souza (secretário) e Francisco Correa de Assis (tesoureiro). O Conselho Fiscal passou a ser formado por Raimundo Amaral Marinho, Raimundo Pereira da Silva e Jorge Simplício do Nascimento (Jornal do Commercio, 16/12/1950: 6). Em dezembro de 1958, foi eleito para a presidência da CTA Antônio Cândido Barbosa (Jornal do Commercio, 16/12/1954: 6).

A ligação da CTA com o PTB era tamanha que, quando o desembargador Manuel Barbuda – egresso do Partido Social Democrático (doravante PSD), partido pelo qual se candidatou a Deputado Federal nas eleições de 3 de outubro de 1954 – ingressou no partido trabalhista, provocando uma dissidência interna com o afastamento de lideranças como Josué Claudio de Souza e Dezyréé Guarany, os representantes dos sindicatos sediados na Casa do Trabalhador redigiram o manifesto *Ao Operariado e ao Povo do Amazonas* destacando a atuação de Manuel Barbuda como advogado do CTA e de seus sindicatos e atestando “seu passado de luta permanente a favor do homem do povo” (Jornal do Commercio, 19/12/1954: 4).

Só no final da década de 1950 os comunistas se aproximaram de forma mais efetiva dos postos de liderança da CTA. Em fins de 1958, Manuel Amâncio de Oliveira, presidente do Sindicato dos Portuários, foi eleito presidente, tendo

¹⁰ Presidente do Sindicato de Trabalhadores de Carris Urbanos.

como secretária Maria Pucu Campelo, esposa do já citado Geraldo Campelo. A eleição de Oliveira ocorreu logo após ele ter liderado, na condição de presidente do Sindicato dos Portuários, uma greve que paralisou o porto de Manaus e na qual foi conquistado o aumento salarial de 22% (Jornal do Commercio, 25/10/1958: 1).

A tomada da direção da CTA por parte de lideranças ligadas ao PCB gerou descontentamentos e, diante de um cenário marcado pelo surgimento de outras federações, que também desejavam espaço político (Federação dos Trabalhadores da Indústria e Federação dos Trabalhadores em Transportes Fluviais do Amazonas), as disputas passaram a ficar cada vez mais acirradas. A Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado do Amazonas – FTI – foi fundada em 29 de março de 1957, nas dependências da Casa do Trabalhador, reunindo os sindicatos das Indústrias de Calçados, de Construção Civil, das Indústrias da Borracha, das Indústrias Metalúrgicas e de Serrarias (Jornal do Commercio, 4/4/1957: 6). A sua primeira direção era composta por António Alves de Souza (metalúrgico), Manuel Rodrigues da Silva (Mestre de obras) e Luiz Barros Santana (artesão sapateiro). Os dois últimos eram membros do PCB local e, diante do acirramento das disputas entre comunistas e trabalhistas, ambos saíram da diretoria em 1959 e passaram a fazer oposição a António Alves de Souza. Nos anos seguintes, essa entidade teve um crescimento notável e, em 1961, já era composta por 16 sindicatos associados. Com isso, a entidade passou a desempenhar um papel fundamental na dinâmica do sindicalismo amazonense.

Assim, em dezembro de 1960, foram marcadas as eleições para a direção. Diante desse quadro, algumas entidades ali sediadas exigiram a prestação de contas das verbas recebidas e uma reforma estatutária. Segundo Valente, após ter indicado uma comissão – formada pelo próprio Aviz Valente (gráfico), Onésimo Barbosa (marítimo e presidente da FTTFA), Manuel Rodrigues (mestre de obras), Luís Barros Santana (sapateiro) e António Alves (metalúrgico e presidente da FTI) – para elaborar a reforma estatutária, Manuel Amâncio propôs um novo estatuto que impedia a participação das associações sindicais, alegando que a legislação sindical proibia a participação de entidades sindicais em associações civis (VALENTE 2005: 63).

A eleição foi bastante conturbada e transcorreu num clima de radicalização e denúncias de fraudes. Antogildo Pascoal Viana (QUEIRÓS 2020), Presidente do Sindicato dos Estivadores, declarou que havia “dedo de político” acirrando as rivalidades e provocando divisão no movimento sindical. Viana referia-se à influência do PTB sobre parte das lideranças sindicais que faziam oposição à gestão de Manuel Amâncio (PCB) (Jornal do Commercio, 18/12/1960: 1).

Diante da não homologação da inscrição de 20 nomes de membros do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação, Jose Gomes de Carvalho, presidente do sindicato, rasgou o processo eleitoral, dando início a um conflito físico com Manuel Amâncio. Com isso, os membros da oposição retiraram-se e foi eleita uma lista ligada ao PCB e constituída por Francisco Washington (garçom), Walter de Souza Lima (motorista autónomo) e Manuel Amâncio (portuário). No entanto, embora a eleição de 1960 tenha representado a manutenção dos comunistas nos postos de direção da CTA, as disputas encetadas nesse momento proporcionaram o entrelaçamento de duas importantes forças sindicais: a FTTEFA e a FTI. Além disso, representou uma cisão no movimento sindical amazonense e provocou uma diáspora de entidades sindicais que saíram da CTA. Esse imbróglio resultou na saída da Casa do Trabalhador do Amazonas de várias entidades sindicais: das vinte e nove entidades que eram filiadas na CTA antes das eleições, permaneceram apenas onze.

Os sindicatos que haviam pedido desfiliação da CTA inauguraram uma nova sede: a Casa dos Sindicatos de Manaus (CSM), localizada na esquina das ruas Lobo d'Almada e Henrique Martins (Jornal do Commercio, 10/9/1961: 1). Na solenidade de inauguração da CSM, estavam presentes o Delegado Regional do Trabalho, Nelson Braga; Danilo Areosa, representando o Governador Gilberto Mestrinho (PTB) e algumas autoridades militares. Na ocasião, foi reafirmado o apoio daquelas associações ao governador e à defesa da legalidade.

2. A Sinfonia dos Teares e o Ranger dos Guindastes: o CGT e a greve dos tecelões em Manaus

Com a crise decorrente da renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, é importante destacar o papel desempenhado pelos trabalhadores na mobilização que garantiu a posse de Jango. Após a renúncia de Jânio, e com a ausência de Goulart, que estava em visita diplomática à China, o Congresso Nacional deu posse ao presidente da Câmara, Ranieri Mazzili, e, três dias depois, os militares encaminharam ao Congresso um documento vetando a posse de João Goulart. Perante o conturbado cenário e a mobilização de diversos setores da sociedade, ocorreu uma intensa mobilização das forças progressistas e a deflagração de uma greve conclamada pelo movimento sindical a fim de garantir a posse de Jango.

No Amazonas, a crise institucional deu-se num momento de profunda fratura no movimento sindical e acabou por se tornar mais um elemento de

disputa. Assim, em resposta a um “comunicado aos trabalhadores”, publicado no periódico *O Jornal* pelas lideranças da CTA¹¹, os sindicatos descontentes fizeram publicar uma nota de esclarecimento na qual criticavam duramente a “atuação degradante e apátrida da maioria dos dirigentes da CTA” afirmando que:

os trabalhadores não se deixam mais iludir por líderes de fãncaria e a eles caberá nas assembleias de suas entidades escolher o caminho da verdade. Aos trabalhadores de todas as categorias que neste momento de angustia e de transe da pátria comum confiam como confiamos nos que a democracia não será maculada com desordens e motins tão ao gosto dos comunistas (*Jornal do Commercio*, 03/9/1961: 1).

Na mesma nota, acusavam os diretores da CTA de serem empregados de Moscovo e de publicar um jornal chamado *Novos Rumos*, no qual pregavam a subversão da ordem pública e a luta de classes. Os líderes da CTA, por sua vez, acusavam os seus opositores de partidários dos golpistas. Em novembro, as três principais federações de trabalhadores do Amazonas – Federação dos Comerciantes do Amazonas (FCEA), FTTFA E FTI – lançaram um apelo aos trabalhadores para que participassem de uma solenidade religiosa realizada na Igreja da Matriz em homenagem “às almas dos militares e cidadãos mortos em defesa de nossas instituições na Intentona Comunista de novembro de 1935” (*Jornal do Commercio*, 26/11/1961: 8).

Em dezembro de 1961, a vitória da lista formada por Clodesmidt Riani e Dante Pelacani¹² na eleição para a nova direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), representou o resultado da aliança formada no plano nacional pelos elementos mais progressistas do PTB e o PCB. Assim, em meados de 1962, a direção da CNTI convocou o IV Encontro Sindical Nacional, que formalizaria a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

O CGT foi criado a partir de três Confederações: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTM-FA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec). O seu objetivo era unificar e coordenar nacionalmente as lutas dos trabalhadores brasileiros, defendendo o aumento de 100% do salário-mínimo, a aproximação dos níveis salariais em todo o país, a aplicação efetiva do já instituído salário-família, o direito de greve, sem as restrições legais e práticas

¹¹ Em 25 de outubro de 1961 eclodiu em Manaus a greve dos bancários.

¹² Antigo membro do PCB, então presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Gráficos e diretor do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI).

em curso, a redução do custo de vida, as lutas camponesas e o pagamento do 13º salário. Fruto da organização e da dinâmica que os próprios trabalhadores desenvolveram ao longo de décadas, desde sua criação, o CGT será a principal liderança nas lutas dos trabalhadores brasileiros (DELGADO 1986: 67).

A vitória do grupo nacionalista nas eleições da CNTI provocou uma gradativa aproximação entre os dois grupos. Essa aproximação foi articulada por Aviz Valente (CSM) e Luiz Barros Santana (CTA). Tal aproximação pode ser verificada a partir da presença de representantes das duas entidades em confraternizações, assembleias e solenidades que, muitas vezes, eram chamadas pelas duas casas. Assim, foi convocada uma assembleia geral a ser realizada em 10 de outubro de 1962, na sede da CSM, tendo três pontos de pauta: a) Fundação da CGT/AM; b) Eleição do Secretariado Executivo; e c) Eleição do representante da CGT/AM para a plenária no CGT nacional. O ponto mais nevrálgico seria, certamente, o último.

A fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Amazonas (CGT/AM) foi aprovada por unanimidade, com a participação de 26 entidades (VALENTE 2005: 75). Após a aprovação da criação da CGT/AM, foi eleita a executiva estadual, que era composta por Aviz Valente (FTI), presidente; Raimundo Jacinto da Silva (STI Destilação e Refino de Petróleo) e Mauro Pinheiro (Sindicato dos Operários do Porto), primeiro e segundo vice-presidentes; Fabio Lucena (Sindicato dos Bancários) e Manuel Rodrigues¹³ (Sindicato dos empregados em Hotéis), primeiro e segundo secretários; Francisco Washington Rodrigues (STI da Construção Civil) e Walter Ipiranga (FTTFA), primeiro e segundo tesoureiros. A direção eleita para a executiva estadual ficou assim com três representantes diretamente ligados ao PCB: Mauro Pinheiro, Manuel Rodrigues e Francisco Washington (presidente da CTA). A divisão do movimento sindical amazonense refletia-se na composição da executiva estadual da CGT.

Segundo Valente, a direção nacional do CGT havia encaminhado uma correspondência a todas as entidades do estado solicitando que fosse eleito um delegado estadual que representaria o sindicalismo do Amazonas na plenária que seria realizada na sede da CNTI. Para ele, mesmo com a gradativa aproximação entre os dois grupos, aquele seria um momento chave que definiria a ocupação dos espaços políticos da nova entidade e, conseqüentemente, os rumos do sindicalismo amazonense. Perante isso, os dois grupos disputaram a indicação do delegado estadual. As entidades ligadas a CSM indicaram o nome do gráfico Aviz Valente, então presidente da FTI e do STI dos gráficos de

¹³ Manuel Rodrigues foi eleito vereador pelo PTB em 1962, mas teve o seu mandato cassado logo após o golpe civil-militar de março de 1964.

Manaus, enquanto os sindicatos e federações associados da CTA propuseram o nome de Antogildo Vianna, presidente do Sindicato dos Portuários.

A divisão entre os grupos ditou um empate nos resultados eleitorais: 13 votos para cada candidato. Após a recontagem, o sindicalista Clovis Barreto, do Sindicato de Condutores de Veículos Rodoviários de Manaus (que votou em Antogildo), sugeriu que o impasse fosse decidido por sorteio. A sugestão foi acatada por unanimidade e, após a realização do sorteio, foi dada a vitória a Aviz Valente (VALENTE 2005: 77).

Em abril de 1963, eclodiu em Manaus a greve dos tecelões, que contava com o apoio dos estivadores¹⁴. Em março de 1963, o STI da tecelagem havia protocolado a pauta do pleito de reajuste salarial anual da categoria, reivindicando 100% de aumento junto ao patronato. Naquele contexto, a maior empresa do setor era a Brasil Juta, que empregava mais de 600 operários, liderou a resistência dos patrões. Diante desse cenário, o sindicato recorreu à DRT e promoveu reunião conciliatória, realizada a 14 de março, propondo um aumento salarial de 40%. A Brasil Juta e algumas outras empresas do ramo (Razac, FiteJuta e Matinha) propunham zero. Tendo sido chamado para intermediar o impasse, o governador Plínio Coelho recebeu no Palácio Rio Negro, no dia 18 de abril, uma comissão de representantes da CGT, do STI de Tecelagem, da DRT e da Brasil Juta a fim de encontrar uma solução (Jornal do Commercio, 20/4/1963: 1). Nessa reunião, foi solicitado pela empresa um prazo de 72 horas a fim de aguardar a chegada do diretor-presidente da empresa a Manaus, Álvaro de Souza Carvalho.

No dia 22 de abril, acompanhado de alguns de seus secretários, o governador Plínio Ramos Coelho foi à sede da CTA para tentar dissuadir os trabalhadores de darem prosseguimento à greve. Nessa ocasião, afirmou que “as baionetas estão voltadas contra vós e contra mim. Contra vós, se não saberdes respeitar a ordem, contra mim se não souber fazer respeitar a lei a ser mantida” (Jornal do Commercio, 23/4/1963: 1), tendo solicitado que o prazo solicitado pelos empregadores fosse concedido e que a greve fosse suspensa até o dia 24 de abril. Após a saída das autoridades, os representantes dos sindicatos e associações operárias passaram a deliberar, ficando evidentes as disputas e divisões existentes no sindicalismo amazonense: de um lado, Aviz Valente, presidente da CGT, tentando convencer os companheiros da necessidade de atender ao apelo feito pelo governador e da suspensão da greve até o prazo solicitado; de outro lado, Antogildo Viana, presidente do Sindicato dos Estivadores, insistindo em permanecer de braços cruzados em solidariedade aos tecelões que deliberaram pela deflagração da paralisação na madrugada do dia 23. O

¹⁴ Além de estivadores e tecelões, padeiros e trabalhadores de serrarias também preparavam seus movimentos grevistas em virtude de não terem atendidas suas reivindicações salariais.

pedido de prazo foi recusado pela assembleia e, diante do impasse, Aviz Valente ameaçou renunciar à presidência da entidade. Com a deflagração da greve dos tecelões, a polícia iniciou a repressão, prendendo grevistas (como Antogildo Viana e Manuel Rodrigues) e dispersando piquetes nas portas das empresas com justificação de garantir a liberdade de trabalho.

Importa destacar que esse movimento paredista ocorreu num contexto marcado pelo processo de implantação do Plano Trienal, formulado por Celso Furtado em dezembro de 1962, num contexto que apresentava aumento da inflação acumulada e severa crise económica. O Plano Trienal foi uma tentativa de implementar um plano de austeridade económica com a finalidade de debelar a inflação, prevendo medidas de congelamento de salários e preços no período, o que suscitava forte oposição por parte do movimento sindical. Diante desse quadro, o chefe do Executivo estadual declarou que o movimento que irrompia no Estado era uma agitação inoportuna ao Plano Trienal e que seria o mesmo que matar “as galinhas dos ovos de ouro” (Jornal do Commercio, 19/4/1963: 1).

Em pronunciamento às rádios, o governador Plínio Ramos Coelho criticou duramente a atitude dos tecelões, destacando a “inoportunidade” da greve e afirmando que na Casa do Trabalhador estava formada a baderna. Para ele, por trás dos tecelões estariam “elementos estranhos à classe, comunistas fichados que exploram os trabalhadores em busca de interesses escusos”. O governador solicitou forças federais para evitar que o Amazonas se transformasse numa “China ou Cuba” e concluiu a sua radio-transmissão afirmando que não era Lacerda nem Pilatos, mas que “a ser Pilatos, prefiro ser Lacerda se como Pilatos decretar a falência do Estado e se como Lacerda salvar a sobrevivência do Estado” (Jornal do Commercio, 23/4/1963: 1). Tal postura do governador era bastante contraditória se observarmos que sua trajetória política estava fortemente ligada ao movimento sindical e à Casa do Trabalhador, tendo atuado como advogado daquela entidade e de diversos outros sindicatos. No entanto, a hegemonia que os comunistas tinham vindo a exercer sobre a CTA desde a eleição de Manuel Amâncio e a cisão ocorrida no meio sindical, bem como a radicalização do contexto nacional, podem dar indícios que permitam entender tais atitudes.

Na madrugada do dia 23, a polícia invadiu a sede do Sindicato dos Bancários, na rua da Instalação, onde se reuniam algumas das principais lideranças da CGT e da FTI. A pressão exercida pelo patronato, pelo governo do Estado e pela polícia era constante. Prisões das lideranças sindicais, perseguição aos grevistas e invasões às sedes eram acompanhadas da contratação de fura-greves para substituir os trabalhadores parados. No dia 24, os jornais noticiavam que o trabalho se encontrava quase normalizado, com 80% dos teares em funcionamento. No entanto, a greve dos estivadores continuava e algumas empresas,

como a Brasil Juta, continuavam a operar com apenas 55% dos trabalhadores, sendo que a empresa encaminhou ofício ao sindicato negando qualquer aumento de salário antes do término da greve e dando um prazo curto, até sexta-feira, para que os grevistas voltassem aos seus postos. Após isso, seriam demitidos e substituídos. Após a leitura do ofício durante assembleia realizada no dia 24, na Casa do Trabalhador, os trabalhadores adiaram a decisão para o dia seguinte (Jornal do Commercio, 25/4/1963: 1).

Na assembleia da tarde de quinta-feira, 25, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem de Juta, Francisco Fernandes Vieira, realizou um discurso apelando para que seus companheiros retomassem as atividades e a greve foi dada por encerrada. No entanto, a greve dos estivadores continuava, o que levou o governador a reforçar o policiamento – tanto da Polícia Militar quanto do Exército – na *Manaos Harbour* a fim de garantir a “liberdade de trabalho” além de deslocar 500 trabalhadores das “linhas de fora” para realizar o serviço de descarga dos navios ancorados no porto. A situação encontrava-se tão delicada que, por ordem do governador, as aulas de todos os estabelecimentos de ensino da cidade foram suspensas pois o governo iria “terminar a greve” (Jornal do Commercio, 26/4/1963: 6).

Na sexta-feira, enquanto o jornal *A Crítica* trazia a seguinte manchete: “Voltam ao trabalho ou perdem o emprego”, o *Jornal do Commercio* elogiava: “Governador usa pulso forte”. De facto, tecelões e estivadores voltaram ao trabalho na sexta-feira. Nem mesmo os 500 trabalhadores mobilizados para substituir os grevistas foram necessários pois, com o fim da greve, os serviços de descarga foram restabelecidos. O governador obteve dos empregadores a garantia de que não haveria punição aos grevistas e que, em maio, eles receberiam um aumento “por mínimo que seja” (Jornal do Commercio, 27/04/1963: 1). No sábado, o retorno dos trabalhadores às atividades repercutia na imprensa da seguinte maneira: “Sinfonia dos teares e ranger dos guindastes do cais do porto voltaram a dar vida à cidade” (Jornal do Commercio, 27/4/1963: 1).

Contudo, mal havia encerrado as greves de tecelões e estivadores, notícias relacionadas a uma greve geral convocada pela direção nacional do CGT começavam a circular na imprensa. Diante dessa situação, representantes da Casa dos Sindicatos de Manaus dirigiram-se ao governador a fim de informar que não tinham a intenção de participar da greve geral anunciada pela direção do CGT para o dia 25 de maio a fim de pressionar o congresso para que as Reformas de Base fossem votadas.

Porém, embora a CSM se tenha manifestado contra a participação na greve programada pela direção nacional do CGT, a CTA recebeu um representante da Frente de Mobilização Popular – referida como Movimento de Mobilização

Popular – a fim de articular uma caravana no Amazonas em prol da realização da Reforma de Base, contando com a participação do ex-governador Gilberto Mestrinho (PTB) (Jornal do Commercio, 26/05/1963: 8). Na realidade, a direção nacional do CGT fez uma consulta aos Comandos Estaduais dos Trabalhadores (CETs) e, em reunião ocorrida no dia 27 de maio, acertaram o adiamento da decisão sobre a greve geral.

Diante da carestia que se avolumava, a direção nacional do CGT organizou uma campanha em favor das reformas de base e contra a escalada dos preços através da realização da “Semana Nacional contra a Carestia e pelas Reformas de Base”, realizada entre os dias 1 e 7 de agosto, e que contou com a participação das principais entidades do país. Assim, na semana que antecedeu o dia 7 de agosto, o CGT/AM realizou diversos comícios pela cidade conclamando o povo a não comprar nada naquele dia.

Como a memória da radicalização ocorrida durante a greve de abril estava muito presente, os trabalhadores fizeram questão de afirmar que não se tratava de uma greve e que o trabalho seria realizado normalmente. O protesto restringia-se a um boicote, sem a realização de piquetes que pudessem impedir a locomoção dos que não quisessem seguir a recomendação de não efetuar compras naquele dia. A despeito disso, o governador colocou as polícias civil e militar em prontidão e emitiu nota na qual reconhecia o direito de todos se manifestarem contra a desvalorização da moeda e contra o encarecimento do custo de vida, mas que asseguraria a ordem e o direito do trabalhador fazer ou não compras naquele dia (Jornal do Commercio, 7/8/1963: 1). No dia seguinte, os periódicos anunciavam que o protesto havia sido um fracasso e que a população “não tomou conhecimento dos esforços do CGT para fazer algo que impressionasse a opinião pública”, sendo que o comércio da cidade teria funcionado normalmente (Jornal do Commercio, 8/8/1963: 8).

O segundo semestre de 1963 foi marcado por uma intensificação das disputas entre empresários e trabalhadores por todo o país em virtude do acirramento dos conflitos distributivos após o fracasso do Plano Trienal, com uma escalada sem precedentes do número de paralisações (LOUREIRO: 373). Assim, na segunda quinzena de setembro (18), eclodiu nacionalmente o movimento grevista dos bancários, afetando estados como Guanabara, São Paulo, Minas Gerais, Amazonas e Ceará¹⁵.

No Amazonas, acompanhando o movimento nacional, o Sindicato dos Bancários marcou o início da greve para o dia 25. Tendo sido iniciada pelos bancários, a greve alastrou-se para outras categorias profissionais da cidade,

¹⁵ Em Fortaleza, uma agência do Banco do Brasil foi invadida pelos grevistas, resultando na prisão de Jose Moura Belesa, presidente do Sindicato dos Bancários (Jornal do Commercio, 28/9/1963: 1).

como os trabalhadores da estiva, os gráficos, os padeiros e os funcionários que trabalhavam na COPAM¹⁶. Novamente, o governador Plínio Coelho decretou a ilegalidade do movimento e a prisão das principais lideranças, entre elas Antogildo Vianna, presidente do Sindicato dos Estivadores, e Napoleão Lacerda, presidente do Sindicato dos Bancários¹⁷. É interessante observar que enquanto o presidente João Goulart resistiu à pressão das entidades patronais e recusou-se a declarar a greve ilegal, no Estado do Amazonas, Plínio Coelho, que assim como Goulart também era integrante do PTB e tinha uma trajetória política bastante próxima ao movimento sindical, decretou a ilegalidade do momento. Sobre Antogildo Vianna, o governador afirmou que “o chefe dos bancários não trabalha, mas ganha pelo suor alheio mais de cem mil cruzeiros por mês” (Jornal do Commercio, 29/09/1963: 3). Para ele, os trabalhadores estariam a ser manipulados por “agitadores profissionais que visam a queda do regime democrático a fim de criar clima propícios para um golpe da direita com a força, ou da esquerda com a foice” (Jornal do Commercio, 29/09/1963: 8). A postura do governador manteve o tom de radicalismo e de enfrentamento aos grevistas, afirmando que “esmagarei haja o que houver, custe o que custar, quem tentar ferir a autoridade” (Jornal do Commercio, 29/09/1963: 3).

No dia 1 de outubro, a greve no Estado já havia sido encerrada. Nesse mesmo dia, o governador Plínio Coelho fez uma longa declaração nas rádios, onde apresentava um balanço da atuação do governo perante a crescente onda de movimentos grevistas que varria o Estado, afirmando que os bancários do Banco do Estado do Amazonas (BEA) ganhariam 80% de aumento. Da mesma forma, a imprensa elogiava a postura vigorosa do governo contra os grevistas que traziam a desordem à cidade. A conduta intransigente adotada pelo chefe do executivo contra os grevistas contrasta com a imagem construída pelo então advogado e deputado Plínio Ramos Coelho que, no início da sua trajetória, tinha uma forte relação com o movimento sindical, tendo representado o interesse dos trabalhadores e de seus sindicatos em diversas ocasiões.

Com a eclosão do golpe civil-militar, a maioria dos dirigentes nacionais do CGT foi presa de imediato. Durante o mês de abril, sindicatos, federações e confederações vinculados ao CGT sofreram intervenção: cerca de 350 sindicatos, 22 federações e as seis confederações de trabalhadores tiveram nesse período as suas direções destituídas, muitos dos antigos dirigentes sindicais foram presos, outros foram exilados e houve mesmo os que desapareceram sem deixar vestígios (COSTA 1981: 148). Segundo dados do relatório da Comissão Nacional da

¹⁶ Companhia de Petróleo da Amazônia.

¹⁷ Napoleão Lacerda era acusado de manter sob cárcere alguns bancários na sede do sindicato para que não comparecessem ao trabalho.

Verdade (CNV), sofreram intervenção cerca de 70% dos sindicatos com cinco mil filiados ou mais. Entre 1964 e 1970, 536 entidades foram atingidas, com o número de dirigentes sindicais cassados a rondar os dez mil. Até 1970, foram atingidas 49 federações e 483 sindicatos (CUNHA 2014: 61).

No Amazonas, o Sindicato dos Empregados da Administração dos Serviços Portuários de Manaus foi um dos que sofreram intervenção do Estado após o golpe de 1964 quando o seu presidente, António Carlos de Melo Filho, foi removido do cargo por ser considerado “anti-revolucionário e magoado com a revolução” e por ser “relacionado como elemento pertencente ao Partido Comunista do Amazonas”¹⁸. No dossiê organizado pelo Serviço Nacional de Informações sobre suas atividades, destaca-se a participação de António Carlos Melo Filho como representante do Sindicato dos Empregados na APM em reunião do Comando Geral dos Trabalhadores do Amazonas (CGT/AM) ocorridas ao longo do ano de 1963 na sede da casa do Trabalhador do Amazonas. Raimundo Jacyntho da Silva e Raimundo de Andrade Simões, lideranças do Sindicato Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação de Petróleo de Manaus também foram removidos dos seus cargos. Com a deflagração do golpe, Fábio Lucena, uma das principais lideranças do Sindicato dos Bancários e que mais tarde seguiria destacada carreira política, tornando-se Senador do Amazonas pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), foi preso, como subversivo, no extinto 27.º Batalhão de Caçadores¹⁹. Aviz Valente, presidente do Sindicato dos Gráficos que teve destacada atuação na Casa do Trabalhador do Amazonas, tornando-se o primeiro presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores do Estado do Amazonas (CGT/AM), em virtude das suas atividades sindicais foi considerado pela ditadura como um “elemento subversivo de alta periculosidade”, tendo sido preso em setembro de 1964 e destituído de suas funções de membro da comissão de Julgamento e Revisão da Delegacia do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários²⁰. Luís Barros de Santana, presidente do Sindicato dos Sapateiros, foi preso na mesma ocasião (Jornal do Commercio, 9/5/1985)²¹. A Confederação Geral dos Trabalhadores

¹⁸ Em 1970, António Carlos Melo Filho atuava como vice-presidente do Departamento Trabalhista da ARENA na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM). Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações, Antecedentes de Pessoal, 25/3/1971, Confidencial n.º 4061.

¹⁹ Fábio Lucena foi o candidato mais votado nas eleições para a Câmara Municipal de Manaus em 1972. No entanto, em virtude da sua trajetória política e da sua postura de oposição à ditadura, Lucena não foi diplomado em virtude das suas atitudes serem consideradas “danosas prejudiciais e perigosas para a segurança nacional”. Arquivo Nacional, Fundo do Serviço Nacional de Informações. Dossiê sobre Fábio Pereira Lucena Bittencourt.

²⁰ Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, Dossiê: Infiltração Comunista na Administração Pública, n.º 197/1979.

²¹ Arquivo Nacional, ACE, Dossiê: Atuação do PCB no Amazonas, jul/1985, n.º 5537/1985.

do Amazonas (CGT/AM), bem como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em âmbito nacional, tiveram as suas atividades encerradas.

O golpe de 1964 trouxe fortes impactos sobre a organização sindical amazonense em virtude das prisões das principais lideranças e das intervenções nos sindicatos. Antogildo Pascoal Viana, uma das principais lideranças sindicais do Estado do Amazonas, tendo atuado como presidente do Sindicato dos Estivadores entre 1954 e 1963, foi uma das primeiras vítimas da ditadura militar. Após ter sido preso durante uma reunião da diretoria da Federação Nacional dos Estivadores, no Estado do Rio de Janeiro, o seu corpo foi encontrado no dia 8 de abril de 1964, depois de supostamente ter cometido suicídio ao se atirar da janela do 5.º andar do edifício do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Trabalhadores de Cargas (IAPETEC). Ao longo do período de vigência da ditadura militar no país, a prática de fazer com que as execuções parecessem suicídios era bastante comum, sendo o caso mais notório o do jornalista Wladimir Herzog. Outras lideranças sindicais tiveram o mesmo destino de Antogildo: José de Souza, membro do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro, também teria falecido após se atirar pela janela do terceiro andar do prédio da Polícia Central quando se encontrava preso para averiguações pelo Departamento de Ordem e Política Social (DOPS) (QUEIRÓS 2020).

Com o golpe, as lutas encabeçadas pelo CGT e pelos trabalhadores brasileiros sofreram um gigantesco revés. O conjunto de reformas estruturais que pretendia transformar a sociedade brasileira, e que tinha o ousado objetivo de eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores rurais, foi relegado ao esquecimento e derrotado por um projeto de modernização conservadora associado aos interesses do capital privado nacional e internacional. Diante desse embate, entre projetos contrapostos (um excludente e autoritário e outro que apontava para o caminho das reformas), o Amazonas foi sendo conduzido pela estrada da exclusão, dos privilégios, do autoritarismo e da repressão.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Arquivo Nacional. ACE, Dossiê: Atuação do PCB no Amazonas, jul/1985, n.º 5537/1985.

Arquivo Nacional. Fundo do Serviço Nacional de Informações. ACE: Dossiê sobre Fábio Pereira Lucena Bittencourt. n.º 87322/75.

Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações, Antecedentes de Pessoal, 25/03/1971, Confidencial n.º 4061.
Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações, Dossiê: Infiltração Comunista na Administração Pública, n.º 197/1979.
Jornal do Commercio, Manaus.

Bibliografia

- CARONE, Edgard (1982). *O P.C.B. (1943-1964)*. Volume II. São Paulo: Difel.
- COSTA, Sérgio Amad (1981). *O CGT e as lutas sindicais brasileiras (1960-64)*. São Paulo: Editora do Grêmio Politécnico.
- CUNHA, Maria Cardoso (2014). “Violações de direitos humanos dos trabalhadores”, in *BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, Vol. II – Textos Temáticos.
- DELGADO, Lucília Neves (1986). *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)*. 2.ª ed. Petrópolis: Vozes.
- DELGADO, Lucília Neves (1989). *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero.
- LOUREIRO, Felipe Pereira (2017). *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. São Paulo: UNESP.
- NEGRO, Antônio Luigi e SILVA, Fernando Teixeira da (2003). “Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)”, in J. Ferreira; L. Delgado (orgs.), *O Brasil republicano*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- NETTO, Evaristo Giovanetti (1986). *O PCB na Assembleia Constituinte de 1946*. São Paulo: Novos Rumos.
- OLIVEIRA, Eder de (2017). *Entre a Reforma e a Revolução: O PCB e a Revolução Brasileira*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Marília.
- QUEIRÓS, César Augusto (2016). “O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o golpe de 1964 no Amazonas”. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 8, n.º 15.
- QUEIRÓS, César Augusto (2020). ““Que fizeram com meu pai?”: sindicalismo e ditadura no Amazonas”. *Escritas Do Tempo*, Vol. 2 (4), 183-206 (<https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1204>).
- REIS FILHO, Daniel Aarão (2002). “Entre Reforma e Revolução: A trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”, in Marcelo Ridenti; Daniel Aarão Reis (orgs.), *História do Marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. VV. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

- SANTOS, Eloína (1997). *Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia*. Manaus: EDUA.
- SILVEIRA, Éder da Silva (2013). “Dissidência comunista: da cisão do PCB à formação do PCBR na década de 1960”. *Anos 90*, v. 20, n. 37, jul, 291-322.
- VALENTE, Aviz (2005). *CGT: antecedentes e protagonistas*. Manaus: Travessia.